

Resenha Livre

SCHEIDT, Eduardo; ARAUJO, Rafael. *A Revolução Bolivariana em perspectiva histórica e conceitual (1999–2023)*. Recife: EDUPE, 2024

A Revolução Bolivariana em perspectiva histórica e conceitual (1999-2013)

The Bolivarian Revolution in Historical and Conceptual Perspective (1999–2013)

La Revolución Bolivariana en Perspectiva Histórica y Conceptual (1999–2013)

Maria Cllara Barbieri Farinha Marrafa, *Universidade Estadual do Rio de Janeiro*   

A obra *A Revolução Bolivariana em perspectiva histórica e conceitual (1999–2023)*, escrita por Eduardo Scheidt e Rafael Araujo e publicada pela Editora da Universidade de Pernambuco (EDUPE), em 2024, propõe-se a revisitar o processo político venezuelano que se inaugura com a ascensão de Hugo Chávez à presidência em 1999 e se estende até a contemporaneidade, sob o governo de Nicolás Maduro. Inserido em uma linha de estudos voltada para as transformações políticas da América Latina no século XXI, o livro busca compreender a Revolução Bolivariana a partir de um duplo movimento: de um lado, a reconstrução histórica de seus marcos institucionais, sociais e culturais; de outro, o exame conceitual das categorias que sustentam o imaginário revolucionário latino-americano, tais como “Democracia Participativa”, “Comunas”, “Bolivarianismo” e “Revolução”.

Eduardo Scheidt é licenciado em História pela UFRGS, mestre pela Unisinos e doutor em História Social pela USP. Atualmente é professor adjunto da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando nas áreas de história política e intelectual da América Latina. Rafael Araujo, por sua vez, é professor associado de História da América da UERJ. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2013, e pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), é também docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UERJ) e colaborador do PPGHC/UERJ.

Os autores articulam uma reflexão que ultrapassa a narrativa factual ao situar a Revolução Bolivariana no entrecruzamento de debates teóricos sobre Estado, soberania e participação popular. Nesse sentido, a obra destaca-se por sua densidade

analítica e por seu esforço em situar a experiência venezuelana dentro de uma constelação maior de processos latino-americanos que, no início do século XXI, reivindicaram novas formas de protagonismo político e integração regional. A proposta de Scheidt e Araujo insere-se, assim, em um campo historiográfico comprometido com a compreensão da América Latina contemporânea a partir de suas próprias categorias, trajetórias e contradições internas.

O livro *A Revolução Bolivariana em perspectiva histórica e conceitual (1999–2023)* estrutura-se em três partes complementares, que dialogam entre si ao articularem o percurso histórico da Revolução Bolivariana, os seus fundamentos conceituais, além das conexões com outros processos revolucionários latino-americanos. A organização reflete a intenção dos autores de integrar análise empírica e reflexão teórica, oferecendo ao leitor uma compreensão ampla das dimensões políticas, sociais e discursivas do chavismo.

A primeira parte, intitulada “A Revolução Bolivariana e a sua História”, dedica-se à reconstrução do processo histórico que antecede e consolida a experiência bolivariana. Scheidt e Araujo analisam o contexto venezuelano anterior à chegada de Hugo Chávez ao poder, examinando as transformações políticas, socioeconômicas e culturais ocorridas entre 1999 e 2013, período de seu governo. A seção aborda, também, a transição ao governo de Nicolás Maduro, marcada pela crise econômica e pela reconfiguração das bases de legitimidade do regime após a morte de Chávez em março de 2013.

A segunda parte, denominada Reflexões conceituais e discursivas em torno da Revolução Bolivariana”, volta-se à análise das categorias e práticas políticas que sustentam o projeto chavista. São discutidos o papel da Assembleia Constituinte de 1999, o conceito de democracia participativa, a criação das comunas e conselhos comunais, bem como as apropriações discursivas da Revolução Cubana pelo pensamento bolivariano. Essa parte revela a preocupação dos autores em compreender o chavismo não apenas como fenômeno político, mas como construção simbólica que se legitima por meio de um discurso revolucionário e de uma prática de mobilização popular.

Já a terceira parte – “A Revolução Bolivariana em comparação com outros processos revolucionários latino-americanos” – amplia o horizonte interpretativo da obra ao propor uma leitura comparada entre a experiência venezuelana e outros movimentos progressistas do continente. Os autores analisam os paralelos entre o chavismo e os governos de Salvador Allende no Chile, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador, explorando temas como socialismo do século XXI, democracia participativa e os desafios da integração regional no início do século XXI. Essa abordagem comparativa permite entender criticamente a Revolução Bolivariana não como um caso isolado, mas como parte de uma constelação de experiências que reconfiguraram o imaginário político latino-americano nas últimas décadas.

A análise empreendida por Eduardo Scheidt e Rafael Araujo inicia-se com uma reflexão sobre as estruturas históricas que antecederam a ascensão de Hugo Chávez e o surgimento da Revolução Bolivariana. Os autores resgatam a formação do Estado venezuelano no século XX, caracterizado por um regime oligárquico e centralizador, cuja base econômica assentava-se na exploração de produtos agrícolas e, posteriormente, do petróleo, a partir da década de 1920. A consolidação de uma economia rentista e dependente das empresas estrangeiras moldou não apenas as relações de poder, mas a composição das elites políticas, que, em sucessivos períodos de ditadura e democracia restrita, mantiveram o país sob o predomínio de interesses externos e de uma reduzida classe dirigente (Scheidt; Araujo, 2024, p. 21–25).

Ao longo das décadas seguintes, o pacto de poder firmado entre os partidos Ação Democrática (AD) e COPEI, conhecido como Pacto de Punto Fijo (1958), assegurou estabilidade institucional, mas ao custo da exclusão política das maiorias populares e da reprodução de um sistema de clientelismo e corrupção. O colapso do modelo bipartidário, somado à crise econômica dos anos 1980 e 1990, resultou em recessões profundas, desemprego crescente e deterioração das condições de vida. A falência do pacto tradicional e a repressão aos protestos, como o Caracazo de 1989, abriram espaço para o surgimento de novas forças políticas que questionavam o neoliberalismo e as desigualdades estruturais (Scheidt; Araujo, 2024, p. 27–36).

Nesse cenário de descontentamento generalizado, Chávez emerge como liderança carismática oriunda do Exército, capaz de traduzir o sentimento de ruptura e propor uma refundação nacional. Eleito em 1998 pela frente Polo Patriótico, o novo presidente articulou um discurso de “revolução democrática” e combate à pobreza, defendendo a elaboração de uma nova Constituição e a transição para um modelo de democracia participativa (Scheidt; Araujo, 2024, p. 41–45). Em seus primeiros anos de governo, promoveu nacionalizações em setores estratégicos, como indústria petrolífera e empresas de comunicação, e convocou uma Assembleia Constituinte, a qual resultou, em 1999, na aprovação de uma nova Carta Magna, referendada por ampla maioria popular, marco simbólico da refundação da República Bolivariana.

O fortalecimento do Executivo e a ampliação da intervenção estatal foram acompanhados por um robusto programa social. As chamadas *misiones sociales* expandiram o acesso da população à saúde, à educação, à moradia e à alimentação, por meio da rede estatal Mercal e de políticas de subsídios que reduziram drasticamente a pobreza. Dados do período entre 1999 e 2010 indicam aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), redução do desemprego e queda da taxa de extrema pobreza pela metade (Scheidt; Araujo, 2024, p. 42–43). A popularidade de Chávez consolidou-se, também, pela sua habilidade oratória e pela incorporação de símbolos nacionalistas, como Bolívar, que resignificavam o imaginário patriótico venezuelano em chave anti-imperialista e latino-americanista.

A proposta de “democracia participativa e protagonista”, expressão recorrente nos discursos do líder, traduziu-se na criação de instâncias de autogestão local, como

os conselhos comunais e os círculos bolivarianos, que buscavam institucionalizar a participação direta dos cidadãos na definição e fiscalização de políticas públicas. Essas experiências, ainda que desiguais e fragmentadas em sua implementação, configuraram o esboço de um novo pacto social, pautado pela integração entre Estado e sociedade civil, e pela ideia de uma “democracia governante”, baseada em mecanismos de referendo e consulta popular. Como demonstram os autores, o projeto chavista visava romper com o modelo liberal representativo para instaurar uma forma de poder constituinte permanente, sustentada pelo protagonismo popular (Scheidt; Araujo, 2024, p. 45–55).

A análise proposta por Eduardo Scheidt e Rafael Araujo (2024) esbarra no ensaio de Inés Quintero (2018), *Usos políticos de la historia en la Venezuela de Chávez y Maduro*, ainda que partam de lugares diferentes, mas reconhecem que o processo bolivariano transformou profundamente o modo como a história, a política e a identidade nacional se entrelaçam na Venezuela contemporânea. Em ambos os casos, há o entendimento de que o chavismo não se limita a uma mudança de governo, mas representa a emergência de um novo regime, isto é, uma nova forma de o Estado e a sociedade pensarem-se no tempo, reinterpretando o passado para legitimar e projetar o futuro.

Para Scheidt e Araujo (2024), a Revolução Bolivariana expressa uma tentativa de redefinir a democracia venezuelana com base em princípios de soberania popular e integração latino-americana. O uso do legado de Simón Bolívar, longe de ser apenas simbólico, atua como eixo de coesão entre história e política, permitindo a formulação de uma narrativa nacional capaz de mobilizar amplos setores populares em torno de ideais de justiça social e autonomia regional. Quintero (2018), embora adote tom mais crítico, reconhece essa potência simbólica do discurso bolivariano. A autora observa que Chávez reconfigura a imagem de Bolívar, transformando-a em elemento pedagógico e emocional de unificação coletiva, capaz de reencantar o imaginário político venezuelano e devolver ao povo o sentimento de pertencimento à história (Quintero, 2018, p. 178).

Ao mesmo tempo, tanto Scheidt e Araujo quanto Quintero reconhecem as tensões inerentes a esse processo. Se, para os primeiros, o bolivarianismo representa uma revolução democrática inacabada, atravessada por contradições internas e disputas de poder, para a segunda, revela o duplo papel da história: emancipadora, mas, igualmente, suscetível à instrumentalização política. Assim, a apropriação do passado, em especial da figura de Bolívar, aparece em ambas as leituras como fenômeno inevitável e ambivalente, que combina resgate histórico e construção mítica. Como apontam Scheidt e Araujo (2024, p. 65), a força do chavismo reside, justamente, em “[...] converter o passado em horizonte de sentido para o presente”, movimento que Quintero (2018, p. 185) também identifica como um dos traços definidores da cultura política venezuelana contemporânea.

Desse modo, o diálogo entre as duas interpretações revela menos uma oposição e mais uma complementaridade. Enquanto Scheidt e Araujo ressaltam a dimensão estruturante e histórica do projeto bolivariano, Quintero chama atenção para o modo como esse mesmo projeto depende da criação de uma narrativa coesa sobre o passado. Ambos, portanto, reconhecem que a Revolução Bolivariana consolidou um novo campo de disputas simbólicas, em que história, memória e poder entrelaçam-se de maneira inédita. A convergência entre as leituras sugere que compreender a Venezuela chavista implica compreender, também, a transformação da própria história em instrumento de imaginação política, não somente como manipulação, mas como forma de dar sentido a uma experiência coletiva de ruptura, esperança e identidade.

A obra de Eduardo Scheidt e Rafael Araujo (2024) contribui para compreender a Revolução Bolivariana como processo histórico enraizado em transformações estruturais anteriores ao chavismo, enfatizando que a emergência de Hugo Chávez resultou da crise do modelo político e econômico sustentado pela renda petroleira e pela democracia pactuada de Punto Fijo. Nessa perspectiva, a Revolução de 1999 aparece não como ruptura total, mas como reconfiguração de um Estado rentista em busca de legitimidade popular e soberania nacional. Essa leitura encontra eco nas conclusões de Gabriel Boff Moreira (2018, p. 18-21), que também identifica no petróleo o eixo explicativo da trajetória venezuelana, apontando que a condição de “*petro-Estado*” moldou tanto as instituições internas quanto a projeção internacional do país. Assim, enquanto Scheidt e Araujo destacam a dimensão político-ideológica do bolivarianismo, centrada na refundação democrática e na integração latino-americana, Moreira sublinha o papel material do petróleo como fundamento de poder e vulnerabilidade.

Ambos, contudo, convergem no reconhecimento de que o chavismo ampliou a tradição histórica de dependência e ambição regional. Scheidt e Araujo (2024, p. 43–46) destacam que a renda petroleira, ao mesmo tempo que possibilita políticas sociais e diplomáticas expansivas, aprofunda os limites institucionais e econômicos de um projeto sustentado por ciclos de bonança e crise. Moreira (2018, p. 18–25), por sua vez, reforça essa análise ao apontar que a lógica rentista condiciona tanto o alcance das reformas sociais quanto a projeção internacional do regime. Dessa forma, as leituras desses autores complementam-se no sentido de situar a Revolução Bolivariana no cruzamento entre estrutura e ideologia, mostrando como o discurso de emancipação bolivariana constrói-se sobre bases concretas e contraditórias de um Estado rentista latino-americano.

O discurso político da Revolução Bolivariana, conforme destacam Eduardo Scheidt e Rafael Araujo (2024), ultrapassa o campo institucional e assume uma dimensão simbólica e identitária, na qual o povo é interpelado como sujeito histórico. Essa leitura dialoga com a interpretação de Ailton Claécio Lopes Dantas (2012, p. 18), para quem a retórica de Hugo Chávez constitui um “ato performativo de poder simbólico”, capaz de transformar linguagem em ação e história em horizonte político.

Ao reivindicar o legado de Simón Bolívar e associar-se à tradição emancipatória latino-americana, Chávez não apenas ressignificou o passado venezuelano, mas produziu um novo repertório discursivo de mobilização popular, fundado na ideia de soberania e dignidade coletiva. Tal/perspectiva permite compreender, como observa Quintero (2018, p. 180), que o bolivarianismo operou, simultaneamente, como narrativa de libertação e instrumento de legitimação, articulando mito, política e história em um mesmo campo de disputa simbólica.

A obra encampa, ainda, uma breve análise das experiências da Venezuela, Bolívia e Equador, permitindo compreender como o chamado Socialismo do Século XXI constituiu-se menos como sistema político acabado e mais como construção simbólica e imaginária voltada à reconfiguração do projeto emancipatório latino-americano. Conforme destacam Scheidt e Araujo (2024, p. 238), trata-se de uma utopia “[...] muito mais imaginária e simbólica do que real”, sustentada no resgate de tradições éticas e revolucionárias de soberania nacional e justiça social diante da crise do neoliberalismo. Em comum, os três processos recorreram à memória histórica como instrumento de legitimação e mobilização popular, reinterpretando símbolos e heróis do passado latino-americano, de Bolívar a Mariátegui, para articular novos horizontes políticos.

Na Bolívia, o governo de Evo Morales incorporou à sua proposta socialista a cosmovisão indígena e o princípio do *Viver Bem* (*suma qamaña*), fundando uma ética comunitária baseada na harmonia com a natureza e na reciprocidade social. Já no Equador, a “Revolução Cidadã” de Rafael Correa apresentou viés reformista, que conciliava o planejamento estatal, a redistribuição de renda e o ideal do *sumak kawsay*, como forma de refundar, moralmente, o Estado. Em ambos os casos, a crítica ao individualismo e ao consumismo neoliberais foi central, assim como a defesa da soberania e da integração latino-americana (Scheidt; Araujo, 2024, p. 248–251).

Contudo, é na Venezuela que o Socialismo do Século XXI alcança a sua forma mais complexa e paradigmática. Conforme Scheidt e Araujo (2024, p. 243), o chavismo articulou uma proposta de radicalização da democracia e refundação ética da política, transformando o socialismo em projeto nacional-popular. A liderança carismática de Hugo Chávez exerceu papel decisivo nesse processo, ao reinterpretar o legado bolivariano e a tradição anti-imperialista em chave pedagógica e moral. Os discursos presidenciais, como analisam os autores, propunham um socialismo de caráter criador, forjado pela ação do povo e pela consciência coletiva, e não como cópia de modelos externos.

As Missões Bolivarianas e as Empresas de Produção Social (EPS) tornaram-se expressões concretas dessa tentativa de articular participação popular e planificação econômica (Scheidt; Araujo, 2024, p. 247). Por meio delas, o governo buscou fomentar o protagonismo comunitário e a autogestão, ao mesmo tempo em que reforçava a centralidade do Estado como coordenador das transformações produtivas e sociais. O Poder Comunal e as políticas de redistribuição ampliaram a dimensão simbólica do projeto, convertendo o chavismo em forma de mobilização moral e espiritual do povo,

voltada à formação de uma nova consciência revolucionária (Scheidt; Araujo, 2024, p. 246).

De acordo com Scheidt e Araujo (2024, p. 245), a retórica chavista operou a reconfiguração dos valores éticos e morais da sociedade venezuelana, promovendo uma espécie de revolução espiritual associada à justiça social, à igualdade e à solidariedade. Ao defender um socialismo humanista e nacional, Chávez transformou o imaginário bolivariano em um projeto civilizatório, no qual o povo é simultaneamente sujeito e agente histórico. Essa dimensão simbólica distingue a experiência venezuelana das demais, pois nela o socialismo converte-se em um ato de fé política, em que a construção da pátria e a transformação social fundem-se em um mesmo horizonte de sentido.

Como destacam Dantas (2012) e Moreira (2018), a Venezuela consolidou-se como o núcleo articulador do ciclo progressista latino-americano, irradiando o seu modelo discursivo e ideológico para Bolívia e Equador. Quintero (2018), por sua vez, enfatiza que o chavismo reconfigurou os usos da história como ferramenta de legitimação, transformando a narrativa revolucionária em linguagem de governo.

Portanto, embora Bolívia e Equador compartilhem da mesma matriz emancipatória, é na Venezuela que o Socialismo do Século XXI atinge o seu caráter mais denso, simbólico e transformador, tornando-se não apenas uma política de governo, mas um imaginário coletivo de redenção nacional. Scheidt e Araujo (2024, p. 245) observam que o discurso chavista “contribuiu para a conscientização dos venezuelanos, promovendo alterações nos valores éticos e morais da sociedade”. Nessa perspectiva, a experiência venezuelana consagra o bolivarianismo como força espiritual e histórica, reafirmando a utopia como categoria política viva; uma utopia que, reinventada a cada crise, reafirma que o socialismo latino-americano é, antes de tudo, uma invenção em movimento.

Referências

- DANTAS, Ailton Claécio Lopes. *A dimensão simbólica da política: o discurso de Hugo Chávez e a construção de uma identidade nacional na Venezuela (1999–2010)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- MOREIRA, Gabriel Boff. *A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012*. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- QUINTERO, Inés. Usos políticos de la historia en la Venezuela de Chávez y Maduro. *Historelo: Revista de Historia Regional y Local*, v. 10, n. 20, p. 173–199, 2018. DOI: 10.15446/historelo.v10n20.69376.